



VON SINNER, Rudolf. **Teologia pública num Estado laico: ensaios e análises.** São Leopoldo: Sinodal, 2018. (Coleção Teologia Pública, 7).

ISBN: 978-85-8194-134-9

Carlos Ribeiro Caldas Filho*

O teólogo Rudolf Von Sinner, suíço-alemão naturalizado brasileiro, é, juntamente com o trabalho do Instituto Humanitas da Unisinos de São Leopoldo, um dos responsáveis pela divulgação do conceito de *teologia pública* no Brasil. Autor prolífico, Von Sinner tem produzido vasta obra que cobre diferentes aspectos da reflexão teológica que, utilizando referenciais teóricos provenientes de diferentes campos do saber, sem abrir mão do *proprium* da teologia cristã, dialoga com diferentes setores da sociedade a respeito de temas que estão em discussão na arena pública. Um dos esforços de Von Sinner neste sentido é seu trabalho como organizador, editor e autor da série Teologia Pública, que em 2018 chega ao seu sétimo volume, coedição do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdades EST de São Leopoldo e da Editora Sinodal, a casa publicadora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, da qual é ministro.

A obra em questão é coletânea do mesmo autor: há uma introdução (p. 15-25), interessante por demais, por apresentar relato na primeira pessoa do singular. Percebem-se honestidade e “humanidade” no relato do autor. O livro propriamente tem oito capítulos, produzidos no decorrer de dez anos, publicados originalmente em português (capítulo 1), alemão (capítulos 4, 5, 6, 7), ou espanhol (capítulos 2 e

Resenha recebida em 19 de novembro de 2019 e aprovada em 13 de dezembro de 2019.

* Doutor em Ciências da Religião. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: craldas2009@hotmail.com

3), antecedidos por prefácio erudito do cientista político Joanildo Burity, que instiga o leitor a conhecer o texto, e seguidos por posfácio da Pastora Romi Bencke, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Esta obra não é diferente das demais da lavra de Von Sinner, dono de um texto elegante por demais (algumas vezes é difícil acreditar que o autor não tenha sido alfabetizado em português), rico em informações e bastante rigoroso, metodológica e academicamente falando.

O capítulo 1 – **Da Teologia da Libertação para uma teologia da cidadania como teologia pública** – apresenta um tema que Von Sinner já tem trabalhado em outros de seus textos, a saber, a relação entre a teologia da libertação e a teologia pública. Uma das primeiras afirmações do capítulo é o reconhecimento do papel dos presbiterianos Richard Shaull e Rubem Alves como “pais” da teologia da libertação latino-americana, afirmação esta em geral contestada por historiadores católicos do movimento, que em geral não admitem esta “paternidade protestante” da teologia da libertação. Ao comentar sobre as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – da Igreja Católica Romana (p. 35) o autor afirma que ainda há cerca de 80 mil destas. Considerando que este capítulo foi originalmente publicado em 2009 não ficou claro se o dado em tela é daquele ano ou se é de 2018, quando o livro foi lançado. Teria sido interessante uma nota de rodapé esclarecendo esta situação. Ao comentar sobre o pobre como sujeito da teologia na teologia da libertação Von Sinner menciona *O rosto materno de Deus*, uma das primeiras obras de Leonardo Boff. Conforme Von Sinner, nesta obra Boff empenhou-se “em levar a sério as experiências das mulheres e sua fonte divina na Trindade” (p. 36). Esta interpretação de Von Sinner desta obra de Boff é passível de discussão: é isto que o então teólogo franciscano afirmou ou ele apresentou Maria como a quarta pessoa da Divindade? Na página seguinte Von Sinner afirma: “As pessoas portadoras de deficiência estão sendo reconhecidas por igrejas e seus setores diaconais e também estão começando a formular uma teologia específica a partir de sua experiência”. Todavia, não há nenhum exemplo que confirme esta afirmação, deveras importante. Ainda nesta mesma página declara o autor: “A economia, embora fosse constantemente um tópico na Teologia da Libertação,

passou a ser analisada mais profundamente, na medida em que o capitalismo de mercado neoliberal passou a ser isto como um tipo de religião”. Parece exagerada a afirmação que a economia era “constantemente um tópico na Teologia da Libertação”. Haja vista que a tese de doutorado em Ciências da Religião de Jung Mo Sung (a primeira a ser defendida na Universidade Metodista de São Paulo) foi exatamente sobre a ausência do tema da economia na Teologia da Libertação latino-americana. Von Sinner afirma que a Teologia da Libertação deveria “apontar para as deficiências de uma democracia incompleta e de uma economia de mercado neoliberal excludente e para o perigo de idolatria em seus traços religiosos [...] procurar possibilidades de alternativas na sociedade, continuando, ao mesmo tempo, a se empenhar por reforma dentro da igreja” (p. 38-39). Este resenhista ao ler a elaboração de Von Sinner ficou a pensar se não deve ser esta a tarefa de toda e qualquer formulação teológica. Na p. 49, nota de rodapé 64 há uma informação equivocada: a estátua de Nossa Senhora foi encontrada por pescadores nas águas do Rio Paraíba do Sul nas proximidades de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, e não “nas águas de Guaratinguetá, Minas Gerais” como está no texto. Na página seguinte, rodapé 67 Von Sinner cita os grupos evangélicos dos “protestantes históricos” que chegaram ao Brasil no século XIX: “anglicanos, luteranos, presbiterianos, metodistas, batistas, segundo a sequência de sua chegada ao Brasil”. Faltou mencionar os congregacionais, presentes no país desde 1855, estes, os primeiros “protestantes de missão”, para usar a terminologia consagrada pelo uso formulada por Antonio Gouvea Mendonça e Prócoro Velasques Filho. A proposta deste capítulo, qual seja, o pleito pela elaboração de uma teologia da cidadania no Brasil é de inegável importância e necessidade.

O capítulo 2 – **O público na teologia pública: secularização, esfera pública e relacionamento entre religião, Estado e sociedade** – retoma o tema da necessidade de uma teologia da cidadania no Brasil. O autor dialoga com Habermas quanto ao lugar da religião na esfera pública, e apresenta três exemplos de como igrejas lidam com o tema da cidadania no Brasil: a Igreja Católica Romana, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Os exemplos são dados com observações críticas pertinentes.

Três pequeninos deslizes de redação: p. 79, onde se lê “em soma”, dever-se-ia ler “em suma”. Na p. 83 há redação redundante, pleonástica até: ao comentar sobre as Assembleias de Deus, o autor menciona que há nas igrejas desta denominação ênfase, entre outras, também no “exorcismo de espíritos maus”. Se é exorcismo, só pode ser de “espíritos maus”. Na p. 85 o autor menciona “consumidores e traficantes de drogas, bem como outros criminais” – ficaria melhor “criminosos”.

O terceiro capítulo – **O teológico na teologia pública: a Trindade pública** – toma o tema da Trindade como base teológica para uma teologia pública. Ecoando Leonardo Boff, Von Sinner apresenta a noção comunitária de Deus Trindade como base para uma teologia que se ocupe de questões políticas e sociais de alcance amplo, como a questão da degradação ambiental. Dificilmente se poderá exagerar a importância da reflexão deste capítulo do livro.

O capítulo 4 – **Teologia na América Latina: desdobramentos recentes** – apresenta, tal como indicado no título, diferentes modalidades de reflexão teológica produzidas na América Latina nas últimas décadas. Von Sinner sugere uma tipologia interessante: teologia sob o signo da libertação (p. 124-128), teologia sob o signo da interculturalidade e do diálogo inter-religioso (p. 129-132, esta até o momento quase inexistente no Brasil), teologia sob o signo do Espírito (p. 133-135 – muito interessante esta inclusão por Von Sinner, considerando haver em muitos setores da academia teológica brasileira uma arrogância que leva a um desprezo do pentecostalismo, como se este não tivesse produzido uma teologia) e teologia sob o signo da prosperidade (p. 135-138). Há que se destacar a distinção bem feita pelo autor entre a teologia pentecostal (teologia sob o signo do Espírito) da neopentecostal (teologia sob o signo da prosperidade). Mas observe-se que Von Sinner mencionou apenas *en passant* a teologia evangelical, ou da missão integral, produzida e veiculada pela Fraternidade Teológica Latino-Americana.

O capítulo 5 – **Estado e religiões: o exemplo da Alemanha** – destoa dos anteriores, por ter como foco o contexto europeu, especificamente, alemão. O capítulo é muito rico em informações históricas. Certamente é material único no

Brasil. A originalidade do capítulo se manifesta de forma clara nas últimas linhas, com a apresentação da relevância da experiência alemão como modelo possível para a brasileira.

O capítulo 6 – **O cristianismo a caminho do Sul: teologia intercultural como desafio à teologia sistemática** – traz o tema da teologia intercultural (que tinha sido mencionado no capítulo 4). O tema da mudança do eixo gravitacional do cristianismo, do Atlântico Norte para o Sul Global tem sido apresentado com muita propriedade por autores como o britânico Philip Jenkins e o gambiano Lamin Sanneh, a quem Von Sinner recorre. A proposta do capítulo, de apresentar um diálogo da teologia sistemática com a novel teologia intercultural é pioneira, e certamente será levado a cabo nos próximos anos.

O capítulo 7 – **Teologia da Reforma entre migração e missão no e a partir do Brasil** – apresenta a chegada do protestantismo no Brasil, utilizando a conhecida categoria criada pelos já mencionados Mendonça e Velasques de protestantismo de imigração e protestantismo missão. Há neste capítulo uma crítica teológica muito bem elaborada à teologia da prosperidade (esta crítica aparecerá também, de maneira mais ampla, no capítulo seguinte). O capítulo apresenta uma informação que não procede historicamente: na p. 197 o autor cita *Protestantismo e cultura brasileira*, de Boanerges Ribeiro, que defende a tese do protestantismo de missão ser precursor da modernidade no Brasil. Na sequência, é citado Rubem Alves e seu *Protestantismo e repressão*, que não interpreta o protestantismo no Brasil com o mesmo entusiasmo de Ribeiro. Conforme o autor, Rubem Alves “foi expulso de sua Igreja Presbiteriana do Brasil pelo mesmo Boanerges Ribeiro, então moderador do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil”. Mas não foi assim que aconteceu. No modelo administrativo da Igreja Presbiteriana do Brasil o poder decisório não está nas mãos do líder maior – o presidente – mas no concílio propriamente, considerando ser o presbiterianismo parlamentarista, não presidencialista. E na verdade, Rubem Alves desligou-se de sua denominação por vontade própria, pois ele nunca foi disciplinado por qualquer tribunal eclesiástico.

Por fim, o oitavo e último capítulo – **Teologia da prosperidade no Brasil e a partir dele: dados sociológicos e questões teológicas** – apresenta uma comparação entre a teologia da prosperidade na África do Sul e o Brasil, e uma crítica teológica densa e profunda a esta teologia. A base teológica de Von Sinner para sua crítica pertinente é a rejeição da graça pela teologia da prosperidade.

Concluindo: o livro é rico e profundo, e, assim como os outros de Rudolf Von Sinner, oferece(rá) contribuição importante para os estudos de teologia e de religião no Brasil. Que venham mais textos de sua lavra.